



PROVA OBJETIVA I
ESPECIALISTA DE GOVERNO – AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO

NOME: _____

Nº INSCR. _____

INSTRUÇÕES

- 1- Preencha com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada de material transparente, de maneira legível, os dados de **IDENTIFICAÇÃO** solicitados no Caderno de Prova (Nome Completo e Número de Inscrição) e assine no Cartão Resposta.
- 2- Verifique se a sequência da numeração das folhas do Caderno de Prova está correta (17 páginas). **Após a orientação do fiscal sobre a conferência da prova, este não será substituído sob qualquer alegação.**
- 3- A **PROVA OBJETIVA I** contém **50 (cinquenta)** questões objetivas, com **04 (quatro) alternativas (A, B, C e D)**, valendo **0,80 (oitenta décimos)** cada, devendo o candidato obter no **mínimo 60% de acerto** para ser aprovado.
- 4- No Cartão Resposta, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas. Conforme modelo abaixo.

Exemplo: Questão 01 - A



- 5- O **Cartão Resposta** será o **único documento válido para correção** e **NÃO** será substituído em hipótese alguma, salvo se detectado erro ocasionado pela coordenação do Concurso.
- 6- **NÃO RASURE** o Cartão Resposta e **NÃO MARQUE MAIS DE UMA ALTERNATIVA**, caso contrário, o cartão ou a questão poderão ser **ANULADOS**. Evite deixar questões sem respostas.
- 7- Para o correto preenchimento do Cartão Resposta aguarde a orientação do fiscal.
- 8- Não faça perguntas aos examinadores, a interpretação das questões faz parte da Prova.
- 9- No decorrer da Prova não será permitida qualquer espécie de consulta bem como qualquer comunicação externa e interna e entre os candidatos.
- 10- A Prova terá duração de **03 (três) horas** e ao terminá-la entregue ao fiscal o Caderno de Prova completo, juntamente com o Cartão Resposta.
- 11- A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida 01 (uma) hora de início da Prova. A não observância desta exigência acarretará a exclusão do Concurso.
- 12- O candidato que permanecer na sala de prova até 01 (uma) hora antes de seu término, poderá levar consigo o Caderno de Prova.
- 13- O gabarito será publicado no dia **24/10/2017**, e o resultado da **PROVA OBJETIVA I** a partir do dia **18/11/2017** no Diário Oficial de Bauru.

01		26	
02		27	
03		28	
04		29	
05		30	
06		31	
07		32	
08		33	
09		34	
10		35	
11		36	
12		37	
13		38	
14		39	
15		40	
16		41	
17		42	
18		43	
19		44	
20		45	
21		46	
22		47	
23		48	
24		49	
25		50	



Prefeitura Municipal de Bauru

**Concurso Público para o Cargo de Especialista de Governo –
AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

01) A decisão de primeira instância em processo administrativo tributário será proferida:

- A) Por um órgão singular da Secretaria de Economia e Finanças, constituído pelo Diretor da Divisão responsável pelo lançamento ou autuação em questão.
- B) Pelo Prefeito.
- C) Pelo Prefeito ou por seu assessor ou chefe de gabinete, quando assim expressamente indicado pelo Prefeito.
- D) Por um Auditor Fiscal Tributário, com exceção do que já tiver atuado no procedimento administrativo ou tiver lavrado Auto de Infração sob impugnação.

02) A autoridade julgadora, a qual compete a decisão de primeira instância:

- A) Não poderá converter o julgamento em diligência.
- B) Vincula-se às alegações jurídicas formuladas pelas partes, sob pena de incorrer em julgamento extra petita.
- C) Não fica adstrita às alegações das partes, cabendo-lhe julgar de acordo com as suas convicções.
- D) Não poderá requerer novas provas.

03) A pessoa jurídica contratante, tomadora ou intermediária de serviços é responsável pelo recolhimento integral do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, devendo reter e recolher o seu montante à Fazenda Municipal. Assim sendo, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) Referida obrigação é extensiva às associações de moradores de loteamentos fechados.
- B) A retenção não ocorrerá se a prestação for realizada por prestadores imunes ou isentos.
- C) A retenção ocorrerá ainda que a prestação seja realizada por pessoas físicas ou sociedades de profissionais submetidas a regime de pagamento do imposto por alíquota específica.
- D) Não haverá a retenção quando o imposto for devido a outro Município.

04) As empresas que mantiverem em seus quadros de funcionários pessoas portadoras de deficiência gozarão de descontos no pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer natureza, inclusive no tocante às atividades tributadas pela alíquota de 2% (dois por cento).



- A) O desconto será de 3% (três por cento) por deficiente contratado, não podendo exceder a 30% (trinta por cento) do valor do tributo.
- B) O desconto será de 5% (cinco por cento) por deficiente contratado, não podendo exceder a 30% (trinta por cento) do valor do tributo.
- C) O desconto será de 3% (três por cento) por deficiente contratado, sem limitação.
- D) O desconto será de 5% (cinco por cento) por deficiente contratado, não podendo exceder mais de 5 (cinco) deficientes.

05) O Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI incidirá sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital ou sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, se o adquirente tiver como atividade preponderante a compra e venda desses bens ou direitos, a sua locação ou arrendamento mercantil.

Sendo assim, entende-se como atividade preponderante:

- A) Quando a transmissão de bens ou direitos for realizada em conjunto com a totalidade do patrimônio do alienante.
- B) Quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 3 (três) anos subsequentes à aquisição, decorrer de transações decorrentes de compra e venda de imóveis ou de direitos relativos a imóveis, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
- C) Quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores e nos 2 (dois) anos subsequentes à aquisição, decorrer de transações decorrentes de compra e venda de imóveis ou de direitos relativos a imóveis, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
- D) Quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anos subsequentes à aquisição, decorrer de transações decorrentes de compra e venda de imóveis ou de direitos relativos a imóveis, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

06) São modalidades de extinção do crédito tributário, EXCETO:

- A) Pagamento.
- B) Moratória.
- C) Transação.
- D) Compensação.

07) De acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa INCORRETA sobre a obrigação tributária.

- A) A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
- B) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.



C) O pagamento do tributo em dinheiro dispensa o cumprimento da obrigação acessória, em razão da extinção do crédito tributário.

D) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

08) Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, sucessivamente, na ordem indicada:

A) Os princípios gerais de direito civil, a analogia, os princípios gerais de direito público e a equidade.

B) A analogia, os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público e a equidade.

C) A analogia, os princípios gerais de direito público, os princípios constitucionais e a equidade.

D) A equidade, os princípios gerais de direito tributário, a analogia e os princípios gerais de direito privado.

09) A proibição da cobrança do tributo em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado, decorre do princípio da:

A) Anterioridade

B) Legalidade.

C) Capacidade contributiva.

D) Irretroatividade.

10) Compete exclusivamente aos Municípios instituir impostos sobre:

A) Transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.

B) Serviços de transporte intermunicipal e de comunicação.

C) Propriedade territorial urbano e rural.

D) Transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos.

11) Assinale a alternativa **CORRETA** para tributos abrangidos pelo simples nacional:

I - Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

II - Contribuição Patronal Previdenciária (CPP) para a seguridade social, a cargo da pessoa jurídica.

III - Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).

IV - Contribuição para o PIS-PASEP, somente sobre a importação de bens e serviços.

V - Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), exceto sobre a importação de bens e serviços.

VI - Contribuição Social Sobre o Lucro (CSL).

VII - Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), exceto o incidente na importação de bens e serviços.



VIII - Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).

- A) I, II, III, IV, V, VIII.
- B) I, III, IV, V, VI, VIII.
- C) I, II, III, IV, V, VI, VIII.
- D) I, II, III, V, VI, VII e VIII.

12) Uma pessoa jurídica optante pelo simples nacional que não exerce atividade vedada a esse regime de tributação, contratada para prestar serviço de pintura predial no mês de agosto de 2017, não é caracterizada como paisagismo ou decoração de interiores, em relação à essa atividade, deve ser tributada na forma do anexo III da lei complementar nº 123/2006, e não está sujeita à retenção da contribuição previdenciária prevista no art. 31 da lei nº 8.212/1991, ainda que prestados mediante empreitada. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Se forem prestados mediante cessão ou locação de mão de obra, constituem atividade vedada ao simples nacional.
- B) A empresa contratante de serviços executados embora não haja cessão de mão-de-obra, deverá reter 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal fatura de prestação de serviços.
- C) A empresa contratante de serviços executados embora não haja cessão de mão-de-obra não deverá reter 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços.
- D) Caso essa pessoa jurídica seja contratada para construir imóvel, executar obra de engenharia ou projetos de paisagismo ou de decoração de interiores em que o serviço de pintura faça parte do contrato, a tributação desse serviços ocorrerá juntamente com a execução da obra ou projeto.

13) A pessoa jurídica que queira optar pelo regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte - simples nacional deverá estar enquadrada como ME ou EPP, conforme conceito previsto no artigo 2º da Resolução CGSN nº 94/2011. Em relação a essa pessoa jurídica assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Constituída sob a forma de cooperativas, inclusive as de consumo.
- B) Cujo capital participe outra pessoa jurídica.
- C) Que participe do capital de outra pessoa jurídica.
- D) Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no país, de outra pessoa jurídica com sede no exterior.

14) Considerando a Lei Complementar nº 123/2006, salvo as exceções previstas, encontram-se entre os impostos e contribuições abrangidos pelo recolhimento mensal, mediante o Documento Único de Arrecadação - DAS. Assinale a alternativa **CORRETA** que indique quais tributos estão contidos na lei supramencionada:

- A) O ITBI, o ITCMD e a CSLL.
- B) O IPVA, o ICMS e o IRPJ.



- C) O ISS, o ICMS e a CSLL.
- D) O ISS, o IPVA e o IRPJ.

15) Considerando o Regime Tributário do Simples Nacional:

I - Na hipótese de a ME ou a EPP ser excluída do simples nacional, ficará obrigada ao cumprimento das obrigações tributárias pertinentes ao seu novo regime de recolhimento, nos termos da legislação tributária dos respectivos entes federativos, a partir do início dos efeitos da exclusão.

II - Ficam impedidas de recolher os impostos e contribuições devidas pelo Simples Nacional (ME e EPP) que possuam débitos com a previdência social ou com as fazendas (Estadual ou Municipal), ainda que estejam com a exigibilidade suspensa.

III - São considerados isentos do imposto sobre a renda, na fonte e na declaração de ajuste do beneficiário, os valores efetivamente pagos ou distribuídos ao titular ou sócio de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte optante pelo Simples Nacional, inclusive aos valores que corresponderem a pro - labore, aluguéis ou serviços prestados.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- A) I apenas.
- B) I e III apenas.
- C) II apenas.
- D) II e III apenas.

16) O Código da Cidadania Fiscal tem por objetivo:

- A) Regular direitos, garantias e obrigações da Administração Tributária Municipal Bauruense, bem assim as funções, direitos e deveres do Contribuinte.
- B) Regular direitos, garantias e obrigações da Administração Tributária Municipal Bauruense, bem assim as funções e direitos do Contribuinte.
- C) Regular direitos, garantias e obrigações da Administração Tributária Municipal Bauruense, bem assim as funções e deveres do Contribuinte.
- D) Regular direitos, garantias e obrigações do Contribuinte, bem assim as funções e deveres da Administração Tributária Municipal Bauruense.

17) O fato de o pagamento do ISS ser realizado por residente no Exterior:

- A) Por si já traduz Exportação de Serviço, esta imune.
- B) Por si já traduz Exportação de Serviço, esta não imune.
- C) Por si não traduz Exportação de Serviço, esta imune.
- D) Por si não traduz Exportação de Serviço, esta isenta.

18) No regime de Substituição Tributária do ISS em Bauru, é **CORRETO** afirmar que:

- A) Quem retém e recolhe é o contratado.



- B) Quem retém e recolhe é o contratante, mas isso não ocorre quando a prestadora for imune.
- C) Quem retém e recolhe é o contratado, mas isso não ocorre quando a prestadora for imune.
- D) Quem retém e recolhe é o contratante e isso ocorre mesmo quando a prestadora for imune.

19) Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O Conselho de Contribuintes do Município de Bauru é composto por sete membros, quatro representando ao Executivo, dois aos Contribuintes e um ao Ministério Público, dentre aqueles pelo menos dois oriundos da carreira de Auditor Fiscal Tributário.
- B) O Conselho de Contribuintes do Município de Bauru é composto por sete membros, quatro representando ao Executivo, três aos Contribuintes, dentre estes pelo menos dois oriundos da carreira de Auditor Fiscal Tributário.
- C) O Conselho de Contribuintes do Município de Bauru é composto por cinco membros, três representando ao Executivo, dois aos Contribuintes, dentre aqueles pelo menos dois oriundos da carreira de Auditor Fiscal Tributário.
- D) O Conselho de Contribuintes do Município de Bauru é composto por cinco membros, três representando ao Executivo, um aos Contribuintes e um ao Ministério Público, dentre aqueles pelo menos um oriundo da carreira de Auditor Fiscal Tributário.

20) Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Os créditos de titularidade do Município de Bauru, inscritos em Dívida Ativa, tributários ou não, ainda que já ajuizados, poderão ser pagos através de Parcelamento, no mais este atendendo ao que previsto pela legislação municipal bauruense.
- B) Os créditos de titularidade do Município de Bauru, inscritos em Dívida Ativa, se tributários, desde que não ajuizados, poderão ser pagos através de Parcelamento, no mais este atendendo ao que previsto pela legislação municipal bauruense.
- C) Os créditos de titularidade do Município de Bauru, como também os federais e estaduais, inscritos ou não em Dívida Ativa, tributários ou não, desde que não ajuizados, poderão ser pagos através de Parcelamento, no mais este atendendo ao que previsto pela legislação municipal bauruense.
- D) Os créditos de titularidade do Município de Bauru, como também os estaduais, inscritos em Dívida Ativa, tributários ou não, ainda que já ajuizados, poderão ser pagos através de Parcelamento, no mais este atendendo ao que previsto pela legislação municipal bauruense.

CONHECIMENTOS GERAIS DO DIREITO

- 21) De acordo com o artigo 5º da Constituição Federal de 1.988: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Com base no referido artigo assinale a alternativa **CORRETA**:



- A) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia e a noite, por determinação judicial.
- B) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações apenas de seu interesse particular, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- C) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- D) São a todos assegurados, após o pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

22) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição Federal, sendo **INCORRETO** afirmar que:

- A) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- B) Compete aos Municípios instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.
- C) Ao Distrito Federal, que poderá ser dividido em Municípios, são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.
- D) São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição Federal.

23) Nos termos do Código Civil considera empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços. Diante desta afirmativa assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, integralizado ou não, que não será inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.
- B) Celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados.
- C) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- D) O Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais deverá registrar contratos ou alterações contratuais de sociedade que envolva sócio incapaz, desde que atendidos, de forma conjunta, os seguintes pressupostos: o sócio incapaz não pode exercer a administração da sociedade; o capital social deve ser totalmente integralizado; o sócio relativamente incapaz deve ser assistido e o absolutamente incapaz deve ser representado por seus representantes legais.



24) De acordo com o Código Civil toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil, entretanto são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

- A) Os menores de dezesseis anos.
- B) Os índios.
- C) Os ébrios habituais e esporádicos.
- D) Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.

25) O Código Penal contempla diversas condutas do funcionário público que se enquadram como “Crimes contra a Administração Pública”. A respeito destes crimes assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Comete crime de corrupção passiva o funcionário público que exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- B) Comete crime de concussão o funcionário público que solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- C) Comete crime de prevaricação o funcionário público que apropriar-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
- D) Comete crime de condescendência criminosa o funcionário público que deixar, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.

26) Consideram-se crimes funcionais contra a ordem tributária, com **EXCEÇÃO**:

- A) Extraviar livro oficial, processo fiscal ou qualquer documento, de que tenha a guarda em razão da função; sonegá-lo, ou inutilizá-lo, total ou parcialmente, acarretando pagamento indevido ou inexato de tributo ou contribuição social.
- B) Exigir, solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes de iniciar seu exercício, mas em razão dela, vantagem indevida; ou aceitar promessa de tal vantagem, para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social, ou cobrá-los parcialmente.
- C) Suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório.
- D) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público.

27) A Lei nº 4.898/65 regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade. De acordo com esta lei é **INCORRETO** afirmar:

- A) Constitui abuso de autoridade qualquer atentado à liberdade de locomoção; à inviolabilidade do domicílio; ao sigilo da correspondência; à liberdade de consciência e de crença; ao livre exercício do culto religioso; à liberdade de associação; aos direitos e



garantias legais assegurados ao exercício do voto; ao direito de reunião; à incolumidade física do indivíduo; aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional.

B) O abuso de autoridade sujeitará o seu autor à sanção administrativa, restringindo-se a pena de destituição de função e demissão, e sanção penal consistente em reclusão.

C) Considera-se autoridade quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil, ou militar, ainda que transitoriamente e sem remuneração.

D) Simultaneamente com a representação dirigida à autoridade administrativa ou independentemente dela, poderá ser promovida pela vítima do abuso, a responsabilidade civil ou penal ou ambas, da autoridade culpada.

28) A Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, elencando diversas condutas que configuram atos de improbidade administrativa. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações:

A) Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos, nos casos de atos de improbidade administrativa que causam lesão ao erário.

B) Ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos, nos casos de atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito.

C) Ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos, nos casos de atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública.

D) Perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos e multa civil de até 6 (seis) vezes o valor do benefício financeiro ou tributário concedido, nos casos de atos de improbidade administrativa decorrentes de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário.

29) Os princípios do direito administrativo atinentes à legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência são considerados princípios constitucionais, tendo em vista estarem contemplados no artigo 37 da Constituição Federal, devendo ser observados pela Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da



União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Nestes termos é **INCORRETO** afirmar que:

- A) O princípio da legalidade manifesta que a Administração Pública poderá praticar atos que não estão proibidos pela lei.
- B) Pelo princípio da moralidade administrativa a Administração Pública deverá, além de cumprir a estrita legalidade, respeitar os princípios éticos de razoabilidade e justiça.
- C) O princípio da publicidade manifesta a imposição da Administração Pública em divulgar seus atos, garantindo a transparência de sua atuação.
- D) Pelo princípio da eficiência a Administração Pública tem o dever de mostrar rendimento funcional, perfeição e alcançar resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento as necessidades da comunidade e de seus membros.

30) Ato administrativo é o ato jurídico que concretiza o exercício da função administrativa do Estado. Para a validade dos atos administrativos mostra-se imprescindível, com **EXCEÇÃO** da afirmativa:

- A) Que seja executado por autoridade legalmente competente.
- B) A exposição da situação de direito que autoriza ou exige a prática do ato administrativo.
- C) Que atenda sempre ao interesse público.
- D) Que não cause prejuízo aos particulares.

CONTABILIDADE /AUDITORIA

31) De acordo com o pronunciamento técnico CPC 00 (R1), aprovado pelo CFC - NBC TG Estrutura Conceitual - Resolução nº. 1.374/11, as características qualitativas fundamentais da informação contábil são:

- A) Relevância, tempestividade e compreensibilidade.
- B) Relevância, representação fidedigna e comparabilidade.
- C) Relevância, materialidade e representação fidedigna.
- D) Relevância, tempestividade e comparabilidade.

32) A responsabilidade do auditor em relação a fraude, no contexto da auditoria de demonstrações contábeis, de acordo com a NBC TA 240 (R1), assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O auditor deve identificar e avaliar os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis decorrente de fraude, além de responder adequadamente face à fraude ou à suspeita de fraudes identificadas durante a auditoria.
- B) O auditor não pode fazer indagações à administração em relação à avaliação pela administração do risco de que as demonstrações contábeis contenham distorções relevantes decorrentes de fraudes, pois poderá ser desqualificado do trabalho de auditoria.



- C) O auditor deve avaliar se as informações obtidas com outros procedimentos de avaliação de risco e atividades relacionadas realizadas indicam a presença de um ou mais fatores de risco de fraude, porém somente em caso real de existência de fraude.
- D) Quando as respostas às indagações junto à administração ou aos responsáveis pela governança são inconsistentes, o auditor deve parar de investigar as inconsistências.

33) No trabalho de auditoria do ativo imobilizado, o auditor independente deve observar a NBC TG 27 (R3). Nesse sentido, é **CORRETO** afirmar que:

- A) Ativo imobilizado é o item intangível que é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos, que se espera utilizar por mais de um período.
- B) O custo de um item de ativo imobilizado deve ser reconhecido como ativo se for provável que futuros benefícios econômicos associados ao item fluirão para a entidade e que o custo do item for superior a R\$2.000,00.
- C) Custos com honorários profissionais e custos com instalações e montagens não são custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condição necessária para funcionamento, portanto nunca serão contabilizados como imobilizado.
- D) Após o reconhecimento como ativo, um item do ativo imobilizado deve ser apresentado ao custo menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

34) Uma empresa apresentou, em 31/12/2016, o seguinte saldo das contas contábeis:

Conta Contábil	Valor	Natureza
Clientes	R\$ 200.000,00	Devedora
ISS s/ vendas	R\$ 7.000,00	Devedora
Receita de Prestação de Serviços	R\$ 350.000,00	Credora
Receita de Venda de Mercadorias	R\$ 120.000,00	Credora
Fornecedores	R\$ 440.000,00	Credora
Despesas Administrativas	R\$ 80.000,00	Devedora
Despesas Financeiras	R\$ 20.000,00	Devedora
Devolução de Vendas de Mercadorias	R\$ 18.000,00	Devedora
Custo dos Serviços Prestados	R\$ 130.000,00	Devedora
Imobilizado	R\$ 900.000,00	Devedora
Custos das Mercadorias Vendidas	R\$ 70.000,00	Devedora
ICMS a Recolher	R\$ 9.800,00	Credora
Despesas com Vendas	R\$ 26.000,00	Devedora
ICMS s/ Vendas	R\$ 21.600,00	Devedora

Com base somente nas informações acima, assinale a opção que representa, em 31/12/2016, o valor do Lucro Bruto na Demonstração do Resultado do Exercício:

- A) R\$ 227.200,00
- B) R\$ 223.400,00
- C) R\$ 235.200,00
- D) R\$ 241.400,00



35) Em 31 de janeiro de 2017, a empresa ABC Ltda. recebeu de um cliente o valor de R\$ 25.000,00, de adiantamento de serviços que seriam prestados futuramente, sendo assim foi realizada a devida contabilização do adiantamento.

Porém, no dia 30 de abril de 2017, a ABC Ltda. concluiu os serviços e emitiu a Nota Fiscal de Serviços no valor de R\$ 22.000,00, sendo que na mesma data devolveu ao cliente, por meio de transferência bancária, o valor de R\$ 3.000,00. Portanto, com base somente nas informações acima, quais das opções apresentadas abaixo refletem o lançamento contábil realizada pela ABC Ltda. no dia 30 de abril de 2017:

A) Débito: Bancos (Ativo Circulante)	R\$ 3.000,00
Débito: Receita de Serviços (Conta de Resultado)	R\$22.000,00
Crédito: Adiantamento de Clientes (Passivo Circulante)	R\$25.000,00
B) Débito: Adiantamento de Clientes (Passivo Circulante)	R\$25.000,00
Crédito: Receita de Serviços (Conta de Resultado)	R\$22.000,00
Crédito: Bancos (Ativo Circulante)	R\$ 3.000,00
C) Débito: Adiantamento de Clientes (Passivo Circulante)	R\$25.000,00
Débito: Bancos (Ativo Circulante)	R\$ 3.000,00
Crédito: Receita de Serviços (Conta de Resultado)	R\$22.000,00
D) Débito: Receita de Serviços (Conta de Resultado)	R\$25.000,00
Crédito: Bancos (Ativo Circulante)	R\$ 3.000,00
Crédito: Adiantamento de Clientes (Passivo Circulante)	R\$22.000,00

MATEMÁTICA

36) A taxa de juros real é obtida da seguinte maneira:

- A)** Expurgando a taxa de inflação da taxa de juros nominal.
- B)** Somando a taxa de juros efetiva com a taxa de inflação.
- C)** Expurgando a taxa de juros efetiva da taxa de juros nominal.
- D)** Somando a taxa de juros nominal com a taxa de juros efetiva.

37) Um empréstimo de R\$ 20.000,00 deverá ser quitado em 36 parcelas mensais fixas de R\$ 784,65. Considerando o Sistema Price de Amortização e que a taxa de juros é de 2% a.m., o valor da amortização, quando do pagamento da primeira parcela, será de:

- A)** R\$ 400,00.
- B)** R\$ 768,95.
- C)** R\$ 384,65.
- D)** R\$ 784,65.

38) Uma dívida de R\$ 11.200,00 foi contraída para ser paga de uma única vez após 2 meses. O valor atualizado dessa dívida, considerando uma taxa de juros composta de 3% a.m., será de:



- A) R\$ 11.652,48.
- B) R\$ 11.536,00.
- C) R\$ 11.872,00.
- D) R\$ 11.882,08.

39) Sobre equivalência de capitais é **CORRETO** afirmar que:

- A) Dois ou mais valores nominais com datas de vencimento iguais são equivalentes se trazidos para a mesma data de referência se manifestarem como valores diferentes.
- B) Dois ou mais valores nominais com datas de vencimento diferentes são equivalentes se trazidos para a mesma data de referência se manifestarem como valores diferentes.
- C) Dois ou mais valores nominais com datas de vencimento diferentes são equivalentes se trazidos para a mesma data de referência se manifestarem como valores iguais.
- D) Dois ou mais valores nominais com datas de vencimento iguais são equivalentes se trazidos para a mesma data de referência se manifestarem como valores reais.

40) Sobre o desconto comercial “por fora”, é **CORRETO** afirmar que:

- A) Incide sobre o valor liberado do título e proporciona maior volume de encargos financeiros efetivos nas operações.
- B) Incide sobre o valor de resgate do título e proporciona menor volume de encargos financeiros efetivos nas operações.
- C) Incide sobre o valor de liberado do título e proporciona menor volume de encargos financeiros efetivos nas operações.
- D) Incide sobre o valor de resgate do título e proporciona maior volume de encargos financeiros efetivos nas operações.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto extraído da obra “O senhor embaixador” de Érico Veríssimo para responder as questões.

O senhor embaixador

Por aqueles dias, Gabriel Heliodoro recebeu uma carta confidencial do Presidente Carrera, dentro dum envelope lacrado.

Meu querido compadre: A situação aqui não anda boa. Como sabes, conforme determina a Constituição, temos de fazer eleições presidenciais em novembro deste ano. Pensei que estava preparado para entregar o Governo ao meu sucessor legal e retirar-me definitivamente para a minha granja de Los Plátanos, pois ando meio doente e muito cansado. Infelizmente minha missão não está ainda cumprida, quero deixar pelo menos começadas as grandes obras da estrada trans-sacramentenha, e terminados muitos outros empreendimentos que já iniciei. Por outro lado não acho que nosso país esteja preparado para resistir às comoções dum pleito presidencial. Dizem que o diabo sabe muito mais por ser velho do que por ser diabo. Pois este teu compadre, raposa velha, anda farejando algo no ar. Sinto uma certa inquietação não só na Universidade, entre



professores e estudantes, como também nas ruas e até nas camadas mais altas da nossa sociedade.

Reuni anteontem o Ministério para indagar em que pé se encontrava a sugestão que fiz há tempos de encaminhar ao Congresso um projeto de emenda à Constituição que permita a minha segunda reeleição. Tinham-me garantido que a emenda seria aprovada até princípios de março último, o mais tardar. Estamos quase em maio e até agora, nada! O Ministro do Interior me disse que, na sua opinião e na da maioria de seus companheiros de Ministério, a discussão dessa emenda seria uma coisa perigosa, pois iria acirrar os ânimos e oferecer às esquerdas um pretexto para começar a agitação. Perdi as estribeiras e gritei um par de desaforos ao Allende, que ficou vermelho, baixou a cabeça mas não disse palavra. Quando lhe perguntei, por pura ironia, se os ilustres ministros já tinham escolhido um candidato à minha sucessão, respondeu que sim. Imagina tu quem! O Dr. Ramón Tejera, presidente do Supremo Tribunal! O Allende entrou numa lenga-lenga, disse que se trata dum cidadão culto e íntegro, figura respeitável de magistrado, homem apartidário, capaz de conquistar a confiança da maioria do eleitorado. Perdi de novo a paciência e berrei: "O Dr. Tejera pode ser mas é candidato a um asilo de velhos! Tem quase oitenta anos. Vocês estão doidos!" Ninguém reagiu. O que eles querem é um presidente-títere que esses fazendeiros, banqueiros e industriais possam manejar a seu bel-prazer. Sabem que comigo não podem fazer isso. Agora vejo que tinhas razão quando me dizias que estou cercado de gente desleal. É o cúmulo! Haviam já articulado uma candidatura sem me consultarem, e viviam me engambelando com a promessa de conseguirem a aprovação da emenda.

Que providências tomar, então, para evitar que este país caia nas mãos dos comunistas ou dessa plutocracia sacramentenha que no fundo nunca me aceitou, nunca se conformou de ser governada por um homem de origem humilde como eu? O remédio, me parece, é um novo golpe de Estado. Conferenciei ontem sigilosamente com o Ministro da Guerra, que pensa como eu e me garante o apoio total e incondicional do Exército. Temos de agir antes de novembro, mas precisamos, como bem sabes, dum bom pretexto para fechar o Congresso e decretar o estado de sítio. Afinal temos de levar em conta a opinião mundial e principalmente a dos Estados Unidos e a da O.E.A. Almocei ontem aqui no Palácio com o embaixador americano e com o arcebispo, e tu bem podes imaginar por que convidei essas duas figuras. Sondei o gringo, que tem ar de bobo, mas é matreiro, e cheguei à conclusão de que ele também quer me ver pelas costas. Perguntei a Don Pânfilo, sem mais rodeios, qual era a sua opinião sobre a emenda. O homem fez um discurso muito bonito, com aquela habilidade e aquela elegância que conheces, mas desconversou. É natural que o arcebispo queira ver no Governo um papa-hóstias como o Dr. Tejera, que vai todos os domingos à missa.

Assim sendo, compadre, o remédio é esperar que os agitadores botem a cabeça de fora para agirmos. Se não botarem, antes de novembro, seremos obrigados a inventar um novo plano subversivo e assustar mais uma vez com o fantasma do comunismo tanto o Departamento de Estado como essa classe que teu "amigo" Grís, esse crápula apátrida, chama de "oligarquia rural".

O diabo é que qualquer comoção político-social nesta hora poderá prejudicar esse negócio do empréstimo. Não preciso repetir que o sonho da minha vida é deixar pelo menos começada a trans-sacramentenha, e que eu seria o homem mais feliz do mundo se essa rodovia viesse a ter o meu nome.



Manda-me com a possível brevidade tua opinião sobre todos estes problemas. Às vezes me arrependo de ter-te mandado para a nossa Embaixada em Washington. És dos poucos homens de cuja lealdade e amizade não duvido nem nunca duvidei. Mas vai ficando por aí, por enquanto, e trata de desencavar esse empréstimo, que é vital para nossa terra. Quanto ao mais, vamos deixar o barco correr. Confio na minha boa estrela. Antes de novembro, encontraremos um bom pretexto para o golpe.

Autorizo-te a mostrar esta carta ao Ugarte e a mais ninguém. O melhor será depois queimar estas páginas. Sempre tive horror a coisas escritas. Recebe um abraço afetuoso do velho amigo e compadre

Juventino

VERÍSSIMO, Érico. O senhor embaixador. 20. Ed.. São Paulo: GLOBO, 1997, p.165-167

41) Releia o trecho:

“Sinto uma certa inquietação não só na Universidade, entre professores e estudantes, como também nas ruas e **até** nas camadas mais altas da nossa sociedade.”

Nesse trecho, o termo em destaque evidencia um efeito de sentido que

- A) traz apenas o sentido de inclusão de uma camada social.
- B) além do sentido de inclusão, enfatiza a surpresa do enunciador em relação à classe dominante supostamente solidária com suas arbitrariedades.
- C) além de apresentar a inclusão de uma classe social, veicula a alegria de sua inquietação, tendo em vista a ação solidária de tal classe social.
- D) além do sentido de inclusão, realça o desprezo pela classe social evocada, veiculado a partir de sua inquietação.

42) No trecho: “O homem fez um discurso muito bonito, com aquela habilidade e aquela elegância que conheces, **mas** desconversou.”

A expressão grifada se classifica, como:

- A) Conjunção coordenativa adversativa.
- B) Conjunção coordenativa explicativa.
- C) Conjunção subordinativa concessiva.
- D) Conjunção subordinativa conformativa.

43) Leia:

_____ não tinha mais ânimo, buscou não saber mais o _____ de tantos olhares atrevidos. Saiu de cena. Afinal, não sabia _____ deveria cumprir tais regras. Então, viver _____?

A alternativa que completa **CORRETAMENTE** as lacunas do trecho acima é:

- A) Por que – porque – porque – por que.



- B) Porque – porque – por que – por que.
- C) Porque – porquê – por que – por quê.
- D) Por que – porquê – porque – por quê.

44) Assinale a alternativa que, para a concordância verbal atender a norma culta, o verbo deverá permanecer no singular.

- A) Na tarde de ontem, após publicação das novas regras tarifárias, organizou-se novos grupos para contestação e manifestação.
- B) É necessário bons valores para que se cumpra o prometido anteriormente.
- C) Veiculadas as taxas, deve existir, para uma análise profunda, releituras contratuais.
- D) Deverá ser observada, tendo em vista as mudanças nas taxas, a nova tendência das compras com cartão de débito.

45) “A existência de um novo planeta era revelada pelos astrônomos.”

Ao se transpor a frase acima que se encontra na voz passiva analítica para a voz passiva sintética, ter-se-á a seguinte construção:

- A) Revelava-se a existência de um novo planeta pelos astrônomos.
- B) Revelou-se a existência de um novo planeta pelos astrônomos.
- C) Revelar-se-ia pelos astrônomos a existência de um novo planeta.
- D) Revela-se a existência de um novo planeta pelos astrônomos.

INFORMÁTICA

46) Por meio da ferramenta Microsoft Excel, desejo realizar a soma dos valores no intervalo de células de A1 até A20, mais o valor da célula C23, mais o valor 235, o qual foi passado diretamente como parâmetro. Como ficará a fórmula **CORRETA** para tal caso?

- A) SOMASE(A1:A20;C23;235).
- B) =SOMA(A1:A20;C23;235).
- C) =SOMASES(A1:A20;C23;235).
- D) SOMAQUAD(A1:A20;C23;235).

47) A função =INT(8,9) realizada pela ferramenta Microsoft Excel, deverá obrigatoriamente retornar a seguinte alternativa **CORRETA**:

- A) 72.
- B) 9.
- C) -1.
- D) 8.



48) A função =ABS(-2) empregada pela ferramenta Microsoft Excel, deverá obrigatoriamente retornar como resposta:

- A) 2.
- B) -2.
- C) 0,2.
- D) -0,2.

49) Ao fazer um tour pelos menus da ferramenta Internet Explorer, teremos o Menu Arquivo, Menu Editar, Menu Exibir, Menu Favoritos, Menu Ferramentas e Menu Ajuda. Com base nesta afirmação selecione a opção **CORRETA** que indica o menu e submenu que adiciona a página atual à lista de endereços prediletos.

- A) Menu Exibir/Adicionar a Favoritos.
- B) Menu Favoritos/Adicionar a Favoritos.
- C) Menu Ferramentas/Adicionar a Favoritos.
- D) Menu Editar/Adicionar a Favoritos.

50) Desejo inserir uma tabela em meu arquivo chamado Table1.doc desenvolvido no Microsoft Word 2003. Para inserir a tabela é necessário seguir alguns passos, indique, portanto a alternativa que denota o esquema.

- A) clique sobre o Menu Exibir/Tabela/Inserir.
- B) clique sobre o Menu Inserir/Exibir/Tabela.
- C) clique sobre o Menu Tabela/Exibir/Tabela.
- D) clique sobre o Menu Tabela/Inserir/Tabela.